

LEX

ENTREVISTA

Soares Machado critica bastonário pelo clima que criou na Ordem

SOCIEDADES

Equipa de Direito Público da MLGTS reforçada para grandes obras

FUSÕES E AQUISIÇÕES

PLMJ assessorou compra da Cemex nas Canárias pela Cimpor

Pedro Elias



Debate | Da esquerda para a direita, Tiago Moreira, Filipe Lowndes Marques, João Cândido da Silva (subdirector do Negócios, que moderou o debate), Maria Castelos e Diogo Perestrelo.

“JOB SHOP” DA CATÓLICA

Conjugar vida privada e profissão é exigência dos novos advogados

Sociedades terão de mudar factores de atractividade para cativar os melhores

João Maltez
jmaltez@mediafin.pt

Se algum prognóstico está certo relativamente ao futuro da advocacia societária em Portugal, é que esta será “seguramente diferente” dentro de dez anos. O prognóstico, em tom irónico, foi feito perante uma plateia de estudantes de Direito, no âmbito do tradicional “job shop” organizado pela Universidade Católica de Lisboa. Mais a sério, ficou a saber-se que os jovens licenciados são hoje mais exigentes quando se trata de conjugar a profissão e a vida familiar. Foi também possível apurar que, mesmo em tempo de crise, quem saiba demonstrar que é bom tem as sociedades de advogados de portas abertas.

À distância de dez anos, há uma certeza que Tiago Marreiros Moreira tem relativamente à advocacia societária. “Será seguramente diferente”, sustenta. Ironia à parte, até pela experiência de acompanhamento de jovens candidatos à profissão, admite que haverá uma

cada vez maior preocupação em conjugar os factores qualidade de vida e profissão.

“Vai ter de haver uma adequação aos critérios de remuneração e da vida do advogado dentro da firma. Vai ter que se caminhar para uma situação em que haja um equilíbrio maior entre a vida familiar e a vida profissional”, sublinha, para acrescentar que só deste modo será possível às sociedades de advogados atrair os melhores jovens profissionais. Neste sentido, não deixa de evidenciar que, já hoje em dia, “o factor de atractividade para a escolha de uma firma não é apenas a remuneração”.

Filipe Lowndes Marques pega nesta deixa para lembrar que, actualmente, todos os escritórios apostam em distintos planos de carreira. Se há dez ou 15 anos o percurso do advogado começava no estágio, seguindo-se-lhe as funções de associado e associado principal até chegar a sócio, hoje há maior abertura a outras formas de estar nas sociedades.

“Por razões pessoais ou outras, hoje há maior abertura para quem não queira fazer

Criar mercados para os futuros juristas é tema hoje em debate

➔ O tradicional “job shop” da Católica, que decorre por organização da Faculdade de Direito de Lisboa desde segunda-feira, fecha hoje as portas, depois de um intenso programa que permitiu o contacto dos jovens estudantes com a realidade da advocacia societária e as demais saídas profissionais para os estudantes de Direito. O evento, que contou na sessão de abertura com a presença do secretário de Estado Adjunto e da Justiça, Conde Rodrigues, encerrará esta manhã com dois painéis de debate, onde alguns dos mais conhecidos advogados da praça irão debater as melhores formas de criar mercado para os novos juristas portugueses. Sobre a mesa do debate estarão ainda os percursos que esperam os licenciados em Direito ao longo das respectivas carreiras profissionais.

ter este tipo de percurso. Há quem queira ter uma vida mais calma ou simplesmente evitar a chatice dos deveres de sócio. Todos os principais escritórios portugueses já perceberam esta nova realidade”, diz Lowndes Marques.

Já o jurista Diogo Perestrelo lembra que em 1995 as dez maiores sociedades portuguesas somavam, em conjunto, 285 advogados. Hoje contam com 1.193. Só que então, o mercado da advocacia estava ainda longe de atingir o auge. “Houve um grande crescimento da procura dos serviços jurídicos. Houve uma forte consolidação da actividade”, sublinha.

O investimento estrangeiro aumentou. Os empresários ganharam o hábito de não tomarem decisões importantes para as suas empresas sem consultarem os advogados. Foram questões como estas, reconhece Maria Castelos, que permitiram o crescimento da advocacia em Portugal. Hoje, mesmo em tempo de crise. As portas não estão fechadas. Quem for bom jurista, ainda que jovem, “não deve ter receio”, evidencia a advogada.

ORDEM DOS ADVOGADOS

Orçamento polémico para 2009 é hoje sujeito a votação em assembleia geral

O Orçamento da Ordem dos Advogados para 2009 é hoje votado em assembleia geral. A proposta que António Marinho e Pinto vai colocar sobre a mesa é amplamente contestada pelos conselhos distritais e mesmo pelo Conselho Superior da Ordem. As contas para 2009 suscitaram um longo braço-de-ferro e uma profusa troca de comunicados dentro da Ordem.



OS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS



Para se ser bom advogado tem de ser também um bom jurista.

Maria Castelos
sócia da PLMJ



Um advogado que não conseguir convencer não será um bom advogado.

Diogo Perestrelo
Sócio da GPCB

Fique a saber-se que na PLMJ a média é o cartão de visita. Porquê? “Porque para se ser bom advogado tem de ser também um bom jurista” sustenta Maria Castelos, sócia daquela firma. Mais ainda, a criatividade é um dos factores a que na sociedade se dá importância. A criatividade, as experiências de vida e o trabalho já desenvolvido são igualmente importantes. Crucial, é a entrevista que é feita aos candidatos. Apesar da subjectividade, deste momento, o mesmo pode ser decisivo. “Se não há empatia, dificilmente os candidatos passam à fase seguinte”, sublinha a advogada.

Se os licenciados em direito quiserem estagiar na sociedade de advogados Gonçalves Pereira, Castelo Branco & Associados, ficaram a saber, pela voz de Diogo Perestrelo, que a média mínima do final de curso exigível é 14. Católica de Lisboa, Clássica de Lisboa, Coimbra e Nova são as faculdades onde a sociedade mais recruta. Saber inglês é um factor decisivo. Uma carta de apresentação sem erros é igualmente importante. Capacidade de comunicação e aparência aprumada são outros dois aspectos tidos em conta. A taxa de integração, diz Diogo Perestrelo, é de 90% nos últimos 10 a 15 anos.



Os escritórios são mais abertos para pessoas que não queiram o percurso de carreira tradicional.

Filipe Lowndes Marques
Sócio da MLGTS



Não olhamos para uma média elevada como o factor determinante.

Tiago Moreira
Sócio da Vieira de Almeida

As médias talvez não sejam o factor primordial, mas não deixam de contar como factor de desempate face às centenas de currículos que chegam à Morais Leitão, Galvão Teles Soares da Silva e Associados. Mas segundo Filipe Lowndes Marques, hoje em dia, para cativar os melhores talentos, as sociedades já prevêm novos percursos para as carreiras profissionais dos que agora chegam à profissão. Há quem pretenda uma vida mais calma e há quem queira evitar a chatice dos deveres de sócio. “Todos os escritórios portugueses estão a perceber isso”, sustenta.

“Não olhamos para uma média elevada como um factor preponderante. A experiência tem-nos ensinado que a média de fim de curso pode não ser um factor determinante”, evidencia Tiago Marreiros Moreira, sócio da Vieira de Almeida & Associados, para dar conta dos critérios a que mais importância atribuem num candidato a estagiário. “Quando seleccionamos, não seleccionamos apenas advogados, mas homens e mulheres”, sustenta o mesmo jurista, dando conta da preferência por pessoas criativas e inteligentes a forma como apresentam os currículos.

Pub

Descubra a forma mais cómoda de trabalhar com as soluções jurídicas Wolters Kluwer

- JusJornal • JusNet • JusGestão
- JusPráticos • JusFormulários
- Colectânea de Jurisprudência

Mais informação: 211 20 70 70 tel - clientes@wkp.pt - www.wkp.pt